

Dinheiro novo não está garantido, diz banqueiro suíço

ASSIS MOREIRA
Especial para o Estado

GENEBRA — Para Thomas Krayenbuhl, diretor do União de Bancos Suíços (UBS), o acordo preliminar do Brasil com os bancos credores internacionais facilita o retorno gradual do País ao sistema financeiro internacional, ao colocar um fim à moratória de mais de um ano nos pagamentos. Mas o acesso a créditos comerciais baratos e prazos mais longos ainda vai depender da evolução política e econômica do País.

“Há certas dúvidas sobre a conjuntura brasileira”, comentou Krayenbuhl, que também é membro do comitê de bancos credores liderado pelo Citibank e está envolvido na reestruturação da dívida externa brasileira. Segundo ele, desde que os bancos constatarem que há realmente uma clara lide-

rança no Brasil, com uma política econômica apoiada pelo Congresso Nacional, então esses bancos estarão mais dispostos a fornecer créditos de curto prazo. “Mas a economia brasileira está em recessão e não há grande demanda por crédito no momento”, disse.

Krayenbuhl declarou que os bancos suíços, a quem o Brasil deve US\$ 3,5 bilhões, vão optar por dois dos seis mecanismos de acordo de reestruturação de US\$ 44 bilhões da dívida externa brasileira, como ficou acertado com o grupo de credores.

Os suíços pretendem trocar parte de seus créditos no Brasil por bônus de 30 anos garantidos pelo tesouro norte-americano, opção na qual está embutido o desconto de 35% da dívida. Também aceitarão o refinanciamento da outra parte da dívida externa brasileira, com base em taxas de

juros reduzidas, de 4% ao ano até 1988, quando a taxa passa para 6%. Nesse caso, não há abatimento da dívida. Krayenbuhl estima que essa opção pode ser melhor para o Brasil a longo prazo.

Dependendo da escolha dos bancos credores, o diretor do UBS prevê redução de US\$ 1 bilhão a US\$ 3 bilhões no pagamento anual do serviço da dívida, estimado em US\$ 10 bilhões.

Para Krayenbuhl, o Brasil poderá contar com dinheiro novo, proveniente de credores norte-americanos. É que certos bancos dos EUA têm problemas de provisões e não podem aceitar a redução de 35% de seus créditos no Brasil. Assim, esses bancos tenderiam a aceitar renegociar a dívida brasileira em bases favoráveis, mas com a contrapartida de fornecer novos empréstimos ao nível de 18,8% de seus atuais engajamentos.

O diretor do banco suíço, ao contrário da otimista declaração do presidente Collor, entende que o Brasil não recebeu mais vantagens que os outros países devedores. Mesmo se os bancos, para ver o Brasil pôr fim à sua moratória “não completa”, dêem vantagens sobre os juros atrasados. “O Brasil também deve dar, no início, garantia inferior (US\$ 3,2 bilhões) ao que os outros devedores colocaram à disposição dos bancos”.

Krayenbuhl destaca que, pelo acordo em Nova York, os bancos credores terão pequenas vantagens se o contrato com o País for assinado em detalhes mais cedo do que o previsto. Razão pela qual diz esperar que o Senado aprove o acordo em agosto ou setembro, conforme promessa dos negociadores brasileiros. “Agora é ver se o Brasil vai cumprir essa promessa.”